

LUIZ FUX
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
WALBER DE MOURA AGRA

Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin

Organizador

ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADES



Belo Horizonte



2018

Sumário:

PARTE I

A ELEGIBILIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

CAPÍTULO 1

ANVERSO E REVERSO DAS RELAÇÕES DESENCONTRADAS ENTRE ELEGIBILIDADE E MORALIDADE

JOSÉ ARMANDO PONTE DIAS JUNIOR	17
1.1 Introdução	17
1.2 Das relações entre moralidade e elegibilidade.....	18
1.3 Considerações finais	30
Referências.....	31

CAPÍTULO 2

A ELEGIBILIDADE E SEUS IMPEDIMENTOS NO DIREITO COMPARADO E NOS PACTOS INTERNACIONAIS

FREDERICO FRANCO ALVIM	35
2.1 Introdução	35
2.2 Elegibilidade: conceito e condições impostas no arranjo brasileiro	37
2.3 Os direitos políticos negativos no arranjo brasileiro.....	39
2.3.1 As causas de perda e suspensão de direitos políticos no Direito brasileiro	40
2.3.2 As inelegibilidades no Direito brasileiro	42
2.3.2.1 Espécies de inelegibilidades no arranjo nacional	43
2.4 A elegibilidade e seus impedimentos nos pactos internacionais	47
2.4.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos	51
2.4.2 Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	51
2.4.3 Convenção Europeia de Direitos do Homem.....	52
2.4.4 Código de Boa Conduta em Matéria Eleitoral	55
2.4.5 Convenção Americana de Direitos Humanos.....	56
2.5 A elegibilidade e seus impedimentos no Direito Comparado.....	60
2.5.1 A elegibilidade e seus impedimentos na Argentina.....	60
2.5.2 A elegibilidade e seus impedimentos no México	66
2.5.3 A elegibilidade e seus impedimentos na Espanha	71
2.5.4 A elegibilidade e seus impedimentos em Portugal	76
2.6 Conclusão	81
Referências.....	85

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES SOBRE A ELEGIBILIDADE E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DIANTE DO RECONHECIMENTO DO METAPRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS POLÍTICOS

CLARISSA MAIA	89
3.1 Introdução	89
3.2 Análise histórica sobre a capacidade eleitoral passiva no Brasil.....	90
3.3 A elegibilidade na Constituição Federal de 1988.....	97
3.4 A elegibilidade no atual contexto de predomínio do moralismo jurídico	102
3.5 Conclusão	107
Referências.....	108

CAPÍTULO 4

A JUSFUNDAMENTALIDADE DO DIREITO A SER VOTADO: PROVOCAÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DAS INELEGIBILIDADES EM TEMPOS DE “FICHA LIMPA”

LUIZ EDUARDO PECCININ	111
4.1 Considerações iniciais.....	111
4.2 Teoria, prática e problemas do sistema de aferição das inelegibilidades em tempos de “Ficha Limpa”	112
4.3 Inelegibilidade e novas perspectivas para a democracia brasileira	118
4.4 Considerações finais.....	129
Referências.....	130

PARTE II

CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

CAPÍTULO 1

O ALISTAMENTO ELEITORAL COMO CONDIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

PETER PANUTTO, AGNESE CAROLINE CONCI MAGGIO.....	135
1.1 Introdução	135
1.2 Princípio democrático.....	135
1.3 Dos princípios constitucionais eleitorais.....	136
1.4 Dos direitos políticos.....	138
1.4.1 Suspensão e perda dos direitos políticos	139
1.5 Alistamento eleitoral	140
1.5.1 Alistamento eleitoral e cidadania ativa	140
1.5.2 Alistamento eleitoral, cidadania passiva e elegibilidade.....	142
1.5.3 A inelegibilidade e sua relação com o alistamento eleitoral	145
1.6 Conclusão	146
Referências.....	146

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES SOBRE DOMICÍLIO ELEITORAL

VLADIMIR BELMINO DE ALMEIDA	149
2.1 Introdução	149
2.2 A origem do domicílio, um instituto civil.....	150
2.3 O alistamento eleitoral, linhas gerais quanto à cidadania e ao domicílio.....	151
2.4 Breve histórico do domicílio eleitoral.....	152
2.5 Destaques históricos do domicílio eleitoral.....	153
2.6 Domicílio eleitoral: condição de elegibilidade	155
2.7 Polêmicas atuais quanto ao domicílio eleitoral.....	158
2.8 Conclusão	160
Referências.....	160

CAPÍTULO 3

NACIONALIDADE, CIDADANIA E ELEIÇÃO DE ESTRANGEIRO

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA	163
3.1 Introdução	163
3.2 A condição jurídica do estrangeiro	164
3.3 A nacionalidade, a cidadania e o exercício dos direitos políticos por estrangeiros no Brasil.....	165
3.3.1 A nacionalidade, seus modos de aquisição e perda	166
3.3.2 A cidadania, suas espécies e modos de aquisição	169
3.3.3 O estrangeiro e os direitos políticos no Brasil: o direito de votar e ser votado	169
3.4 Conclusão	172
Referências.....	173

CAPÍTULO 4

A INCOMPATIBILIDADE DA AUTOAPLICABILIDADE DO ART. 15, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COM A PLENITUDE DO GOZO DOS DIREITOS POLÍTICOS: UMA RELEITURA HERMENÊUTICA DA JURISPRUDÊNCIA

ALEXANDRE DE CASTRO NOGUEIRA	175
4.1 Introdução	175
4.2 Da incidência do art. 15, III, da CF/88: norma constitucional de suspensão dos direitos políticos na condenação criminal... ..	177
4.2.1 Da impossibilidade de se autoaplicar o art. 15, III da CFRB/88: relendo a jurisprudência	179

4.3	A autoaplicabilidade do art. 15, III, e o desrespeito à necessidade de fundamentação das decisões judiciais	185
4.3.1	Breves considerações principiológicas sobre a impossibilidade de perda de mandato eletivo sem previsão legal	187
4.3.2	A necessidade do uso do círculo hermenêutico para a superação de posições voluntaristas: por um roteiro hermenêutico	189
4.4	Conclusão	192
	Referências	194

CAPÍTULO 5

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E ELEGIBILIDADE: É POSSÍVEL AVANÇARMOS ÀS CANDIDATURAS INDEPENDENTES?

ÁLVARO BARRETO	197
5.1 Introdução	197
5.2 A experiência dos anos 1930	198
5.2.1 Cargos definidos por fórmula majoritária e por fórmula proporcional.....	200
5.2.2 Custo de entrada.....	202
5.2.3 Distinção entre candidatura independente e avulsa.....	207
5.3 A ação do STF.....	209
5.4 Conclusão	214
Referências.....	217

CAPÍTULO 6

A CANDIDATURA DO MILITAR A MANDATO ELETIVO

FERNANDO DE CASTRO FARIA	221
6.1 Introdução	221
6.2 Questões terminológicas relativas aos militares	223
6.3 Inelegibilidades e condições de elegibilidade próprias dos militares	224
6.4 Desincompatibilização: hipóteses e prazos	228
6.5 Considerações finais.....	231
Referências.....	232

PARTE III

CONDIÇÕES DE “REGISTRABILIDADE”

CAPÍTULO 1

REQUISITOS DE REGISTRABILIDADE

WALBER DE MOURA AGRA.....		237
1.1	Introdução	237
1.2	Condições de elegibilidade	239
1.3	Conceito de inelegibilidade.....	241
1.4	Requisitos de registrabilidade eleitorais	243
1.5	Considerações finais.....	251
	Referências	252

CAPÍTULO 2

O DIREITO DE SER CANDIDATO E SUAS LIMITAÇÕES POR LEI ORDINÁRIA

CAETANO CUERVO LO PUMO, EVERSON ALVES DOS SANTOS		253
2.1	Introdução	253
2.2	Direitos políticos	254
2.3	As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade no ordenamento jurídico	257
2.4	Do registro de candidato	262
2.5	Conclusão	270
	Referências	271

PARTE IV

INELEGIBILIDADES CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO 1

REELEIÇÃO NO PODER EXECUTIVO: VIABILIDADE DE SUA ADOÇÃO E DESACERTO DE SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

RAFAEL N AGIME.....		275
1.1	Delimitação do tema	275
1.2	Eleição e reeleição	275
1.3	Reeleição: inexistência de óbices para sua aplicação.....	277

1.4	Conclusões e perspectivas	282
	Referências	283

CAPÍTULO 2

A INELEGIBILIDADE DO CHEFE DO EXECUTIVO PARA OUTROS CARGOS, DESINCOMPATIBILIZAÇÃO POR RENÚNCIA E IMPACTO SOBRE A ELEGIBILIDADE DO VICE

EMMA ROBERTA PALÚ	285
2.1 Introdução	285
2.2 Princípios constitucionais eleitorais.....	286
2.2.1 Princípio democrático e soberania popular	286
2.2.2 Princípio republicano.....	287
2.2.3 Princípio da igualdade.....	288
2.2.3.1 Abusos de poder econômico, político e midiático.....	288
2.3 Inelegibilidade. Inata e cominada	290
2.4 Reeleição e desincompatibilização. Necessidade do chefe do Executivo se desincompatibilizar para postular cargo diverso.....	291
2.4.1 Elegibilidade do vice em caso de renúncia do chefe do Executivo.....	293
2.4.2 Vedação do uso da máquina administrativa como forma de impulsionar a campanha eleitoral. Desproporcionalidade entre o Executivo e o Legislativo.....	294
2.5 Argentina: <i>candidaturas testimoniales</i>	296
2.6 Conclusão	297
Referências	298

CAPÍTULO 3

CASOS DE FAMÍLIA: UMA GENEALOGIA DA INELEGIBILIDADE REFLEXA POR PARENTESCO NA JURISPRUDÊNCIA DO TSE

VOLGANE OLIVEIRA CARVALHO.....		299
3.1	Introdução	299
3.2	O personalismo político no Brasil	300
3.2.1	Família e eleições: uma tecitura antiga	302
3.3	As inelegibilidades no Direito brasileiro.....	305
3.3.1	Conceito e natureza jurídica	305
3.3.2	A inelegibilidade reflexa por parentesco	308
3.4	A inelegibilidade reflexa por parentesco na jurisprudência do TSE.....	310
3.4.1	O vínculo conjugal.....	311
3.4.2	Rompimento do vínculo conjugal	312
3.4.3	O vínculo paterno-filial	314
3.4.4	Outros vínculos familiares	315
3.4.5	Exceções à regra geral	317
3.5	Considerações finais.....	318
	Referências	319

CAPÍTULO 4

A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ASPECTOS ELEITORAIS E CRIMINAIS

VIRGÍNIA AFONSO DE OLIVEIRA MORAIS DA ROCHA,

MATEUS SALLES BITTENCOURT.....	321
4.1 Linhas introdutórias: a presunção de inocência como limitação ao poder de punir e sua derrocada no Brasil atual	321
4.2 A relativização no âmbito eleitoral: Lei da Ficha Limpa	325
4.3 A relativização no âmbito criminal: execução provisória da pena	328
4.4 Hermenêutica constitucional e presunção de inocência: dos limites da atividade interpretativa à prevenção contra a eleição de inimigos	330
4.5 Conclusões.....	336
Referências	337

PARTE V

INELEGIBILIDADES INFRACONSTITUCIONAIS APÓS A “LEI DA FICHA LIMPA” (LC Nº 135/2010)

CAPÍTULO 1

A INELEGIBILIDADE PROCLAMADA POR ATORES NÃO JUDICIAIS (OU A LEI DA “FICHA LIMPA” E SEUS EXCESSOS)

RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS	341
---	-----

CAPÍTULO 2

INELEGIBILIDADES DECORRENTES DO ABUSO DE PODER: INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA E CONFORMAÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE AS ALÍNEAS “D” E “H” DO INCISO I, DO ART. 1º DA LC Nº 64/90

GUILHERME DE ABREU E SILVA	349
2.1 Introdução	349
2.2 As espécies de abuso de poder	350
2.3 Inelegibilidade da alínea “d” do inciso i, do art. 1º da LC nº 64/90. Pontos controversos e posição atual da jurisprudência	353
2.4 Inelegibilidade da alínea “h” do inciso i, do art. 1º da LC nº 64/90. Pontos controversos e posição atual da jurisprudência	355
2.5 Distinções e semelhanças entre as alíneas “d” e “h”	357
2.6 Da interpretação restritiva das normas que limitam direitos fundamentais e suas consequências para a aplicação das alíneas “d” e “h”	358
2.6.1 Abrangência do conceito representação eleitoral contido na alínea “d”	360
2.6.2 Necessidade ou não de o agente ter sido candidato à época da condenação por abuso de poder	361
2.6.3 Alcance do termo detentores de cargo público	362
2.6.4 A obrigatoriedade ou não de que o ato de abuso de poder tenha finalidade eleitoral para configurar a hipótese prevista na alínea “h”	363
2.7 Considerações finais	364
Referências	366

CAPÍTULO 3

A DESPROPORCIONAL ATUAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL QUANDO DA DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADES DECORRENTES DE DESAPROVAÇÃO DE CONTAS: UMA BREVE ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL

ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI	369
3.1 Introdução	369
3.2 Aspectos controvertidos do art. 1º, I, alínea “g”, da Lei Complementar nº 64/90: uma análise acerca da verificação do elemento doloso	371
3.3 O respeito ao devido processo legal e ao princípio do juiz natural no julgamento da inelegibilidade decorrente da desaprovação de contas	377
3.4 A necessidade da concepção do “direito como integridade” na proteção do <i>ius honorum</i>	382
3.5 Conclusão	387
Referências	387

CAPÍTULO 4

RENÚNCIA NA PENDÊNCIA DE PROCESSO DE CASSAÇÃO DE MANDATO E AS INELEGIBILIDADES DECRETADAS PELO PODER LEGISLATIVO: O PARADOXO DO ART. 1º, I, K, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/90

RUBENS BEÇAK, LUÍS FELIPE CIRINO	391
4.1 Introdução	391
4.2 Inelegibilidade decorrente da perda do mandato decretada pelo Poder Legislativo	392
4.3 A renúncia na pendência de processo cassatório	396
4.4 Conclusão	400
Referências	401

CAPÍTULO 5

INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DA LC Nº 135/2010 – LEI DA FICHA LIMPA

PEDRO ROBERTO DECOMAIN	403
5.1 Introdução	403
5.2 O artigo 1º, inciso I, letra “k”, da LC nº 64/90, na redação da LC nº 135/2010	404

CAPÍTULO 6

A INELEGIBILIDADE DE DIRIGENTES DE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO OU SEGURO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL E SUAS INCONSTITUCIONALIDADES

ALEXANDRE LUIS MENDONÇA ROLLO	415
6.1 Introdução	415
6.2 Artigo 1º, inciso i, alínea “i”	417
6.3 Exercício de cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro	418
6.4 Estar em curso processo administrativo ou judicial de liquidação ou já ter havido a decretação de liquidação judicial ou extrajudicial	420
6.5 Cargo ou função de direção, administração ou representação exercido nos doze meses anteriores à decretação da	

	liquidação judicial ou extrajudicial.....	421
6.6	Prazo de inelegibilidade – enquanto a pessoa não for exonerada de qualquer responsabilidade.....	422
6.7	Conclusão	425
	Referências.....	425

CAPÍTULO 7

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, INELEGIBILIDADE E A APLICAÇÃO DO ART. 1º, I, “L” DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 PELA JUSTIÇA ELEITORAL

	DANIEL WUNDER HACHEM, LUZARDO FARIA.....	427
7.1	A Lei de Improbidade Administrativa como instrumento jurídico de combate à corrupção no Brasil	427
7.2	As espécies de ato de improbidade administrativa: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação a princípios	429
7.3	Os requisitos necessários para a configuração das espécies descritas no art. 9º e no art. 10 da Lei nº 8.429/92 e a autonomia existente entre elas	432
7.4	A Lei da Ficha Limpa e o anseio popular pela moralização da política brasileira	434
7.5	O ato doloso de improbidade administrativa como hipótese de inelegibilidade: os elementos necessários para a incidência do art. 1º, I, “I” da Lei Complementar nº 64/1990	436
7.6	A inelegibilidade por ato doloso de improbidade administrativa na visão do Tribunal Superior Eleitoral: algumas controvérsias acerca da aplicação prática do art. 1º, I, “I” da Lei Complementar nº 64/1990	440
7.7	Conclusão	444
	Referências.....	445

CAPÍTULO 8

A INELEGIBILIDADE DECORRENTE DA EXCLUSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO: RESTRIÇÃO DEMOCRÁTICA OU MORALISTA?

	TAILAINE COSTA.....	449
8.1	Introdução	449
8.2	Servidor público e a demissão, a exoneração e a aposentadoria compulsória: maneiras de punição.....	450
8.3	Os reflexos decorrentes de uma decisão de demissão, aposentadoria e de uma exoneração na constância de um processo administrativo disciplinar.....	453
8.4	A atividade funcional e as habilidades para ser representante: a proteção aos direitos humanos e a (im)possibilidade de restringir direitos fundamentais	457
8.5	Conclusão	460
	Referências.....	461

CAPÍTULO 9

ADI Nº 4.650 E AS MUDANÇAS NO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS. CONDENAÇÕES PRETÉRITAS E AÇÕES EM CURSO AINDA PODERIAM PRODUZIR EFEITOS, DENTRE ELES, O DA INELEGIBILIDADE DOS “DOADORES ILÍCITOS”?

	ANDERSON ALARCON.....	463
9.1	Introdução	463
9.2	O financiamento das campanhas eleitorais no Brasil pré-decisão do STF nos autos da ADI nº 4.650: doadores, modalidades de doação, limites, representações eleitorais e inelegibilidade.....	464
9.3	A decisão do STF nos autos da ADI nº 4.650	467
9.4	O controle judicial de constitucionalidade no Brasil: a teoria da nulidade e os efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.....	471
9.5	Da inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 81, §3º, da Lei nº 9.504/97 e da inconstitucionalidade parcial, por arrastamento, do artigo 1º, inciso i, alínea ‘p’, da Lei Complementar nº 64/90: qual deverá ser o destino das representações eleitorais ainda em curso ou já transitadas em julgado? E quais serão os efeitos pró-futuro no que se refere à hipótese de inelegibilidade?	474
9.6	Da reforma eleitoral introduzida pela Lei nº 13.165/2015, da retroatividade da norma mais benéfica e o destino das representações eleitorais em curso ou já transitadas em julgado.....	478
9.7	Conclusão	479
	Referências.....	481

CAPÍTULO 10

O EFEITO SUSPENSIVO DO §2º DO ARTIGO 257 DO CÓDIGO ELEITORAL ALCANÇA TAMBÉM AS INELEGIBILIDADES DECORRENTES DE CONDENAÇÕES ELEITORAIS (ALÍNEAS “D” E “J”)?

	RODRIGO TERRA CYRINEU.....	483
10.1	Introdução	483
10.2	O efeito suspensivo recursal na sistemática de contencioso eleitoral e seu alcance	485
10.3	A peculiar situação do recurso eleitoral dos Presidentes de Câmaras Municipais enquanto substitutos imediatos do Prefeito e Vice e a analogia ao <i>leading case</i> “Renan Calheiros” (ADPF 402) do Supremo Tribunal Federal.....	493

10.4	Conclusão	495
	Referências	496

PARTE VI

DINÂMICA DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS DA ELEGIBILIDADE

CAPÍTULO 1

O IMPACTO DE ALTERAÇÕES FÁTICAS E JURÍDICAS SUPERVENIENTES AO REGISTRO SOBRE A ELEGIBILIDADE

MANOEL VERÍSSIMO F. NETO	501
1.1 Introdução	501
1.2 Dos direitos políticos.....	502
1.3 Das condições de elegibilidade	502
1.4 Das causas de inelegibilidade.....	503
1.5 Perda superveniente de condição de elegibilidade	505
1.6 Da cessação da causa de inelegibilidade.....	505
1.6.1 Da contagem do prazo de inelegibilidade	510
1.7 Do impacto das alterações fáticas e jurídicas supervenientes ao registro nas eleições municipais	512
1.8 Conclusão	515

CAPÍTULO 2

ANTECIPAÇÃO DO REGISTRO DE CANDIDATURA: UMA REFLEXÃO EM FAVOR DA ESTABILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

RODOLFO VIANA PEREIRA, ROBERTA MAIA GRETA	517
2.1 Introdução	517
2.2 O registro de candidatura como etapa necessária do processo eleitoral: pode a lei criar procedimento que acarreta restrição ao exercício do sufrágio?	519
2.3 A racionalidade procedimental do registro de candidatura em face da autenticidade eleitoral	525
2.4 A temporalidade adequada da decisão quanto a candidaturas validamente habilitadas.....	529
2.5 Habilitação prévia ao registro: solução ou agravamento do problema atual?	541
2.6 Considerações finais.....	546
Referências	548
SOBRE OS AUTORES.....	551